

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.741.433 - PE
(2020/0200679-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : CAPITALIZE FOMENTO COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : LUIZ JOSÉ DE FRANÇA - PE015399
MAYARA GABRIELA GONCALVES DE LIMA - PE036775
PRISCILLA MARIA GUIMARAES BORGES - PE034746
EMBARGADO : NARCISO MAIA TECIDOS LTDA
ADVOGADOS : MINARTE FIGUEIREDO BARBOSA FILHO - PE027171
RODRIGO BARBOSA MACÊDO DO NASCIMENTO -
PE033676

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por CAPITALIZE FOMENTO COMERCIAL LTDA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que a tese defendida no apelo nobre foi devidamente prequestionada, seja pelos Desembargadores do Tribunal Estadual, seja pelo ora recorrente, nos termos do art. 1.025 do CPC, estando, portanto, omissa a decisão embargada, nos termos do artigo 1022, parágrafo único, inciso II e artigo 489, §1º, inciso IV do Código de Processo Civil (fl. 355).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Na espécie, a alegada omissão refere-se à nítida insurgência o ora recorrente quanto à aplicação da Súmula n. 211/STJ na decisão embargada, na qual se afirmou não ter sido debatida na Corte Estadual a tese do recurso especial, mesmo com a interposição dos declaratórios na origem.

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007". (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 22/4/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente